



COMUNICADO DA APF SOBRE O ARTIGO PUBLICADO NO DIÁRIO DE NOTÍCIAS DE 10/02/10

O aborto foi despenalizado em 2007, mas as mulheres que a ele recorrem continuam a ser profundamente estigmatizadas e culpabilizadas.

Esta é a conclusão que se pode tirar do artigo que o Diário de Notícias publicou na sua edição de 10.02.10. Uma “desresponsabilização total” dos serviços e profissionais, um “gasto imoral dos nossos impostos”, uma “mania de abortar”, são os atributos que o artigo (em que só falam homens) atribui a um acto de saúde que foi tornado legal em 2007. E é claro, coroando esta análise, surge no artigo também a conclusão, de quem sempre se opôs a qualquer espécie de IVG, mesmo nos casos de saúde das mulheres grávidas ou de violação, de que se tem que revogar esta lei. Porque face a tanta irresponsabilidade, melhor será voltar atrás, ou seja, ao aborto escondido, ilegal e inseguro...

A APF sabe, de fonte segura, que estão incorrectamente apresentados e interpretados os números apresentados pelo DN em relação ao passado contraceptivo das mulheres que recorreram ao aborto na MAC.

A APF sabe que os 87% referidos pelo DN se referem, não ao não uso de contracepção, mas a mulheres que no último ano não foram a uma consulta de planeamento familiar. O que é completamente diferente de estar ou não a fazer contracepção. Muitas mulheres fazem contracepção sem irem regularmente a consultas.

Neste contexto, a APF considera indispensável um esclarecimento urgente por parte do Coordenador do Programa de Saúde Reprodutiva que permita a análise correcta dos dados em que o artigo se baseou.

A APF sabe que uma boa parte das mulheres que recorrem ao aborto não utilizam contracepção. Mas também sabemos que uma parte significativa das mulheres que recorrem ao aborto estava a fazer contracepção e engravidou. De resto, este panorama não é diferente do que se passa nos outros países em que a IVG é legal.

Mas não é isso que está em questão neste artigo. O que está em questão é que, como se pode constatar ao longo do mesmo, o aborto continua, infelizmente, a ser entendido por alguns médicos e responsáveis de serviços de saúde deste país, como um fenómeno próprio de mulheres impróprias e

irresponsáveis. Que qualquer falha humana ou do método não merece o dinheiro dos nossos impostos (raciocínio que aliás, porque não, poderá também ser extensível ao tratamento do cancro do pulmão em antigos fumadores, ou ao tratamento de complicações cardiovasculares a pessoas que ao longo da vida teimaram em não fazer uma alimentação saudável).

Ao contrário do clima de irresponsabilidade que o artigo pinta, a APF tem acompanhado de perto a implementação da lei e sabe que centenas de profissionais da maioria dos hospitais portugueses e nos centros de saúde trabalham de forma séria e responsável na prestação de serviços de IVG, esclarecendo, respeitando as decisões das mulheres, estudando a melhor forma de agirem. E que aproveitam precisamente estas situações de risco, para as estudar, para perceber melhor as formas como as terão de prevenir, e não para culpabilizar e para estigmatizar ainda mais, mulheres que passam por períodos difíceis da sua vida.

A gravidez não desejada devido ao não uso da contraceção existe e é um problema. A repetição de abortos em curtos espaços de tempo existe, e é também um problema.

Actualmente, a APF realiza o primeiro estudo sobre a repetição de aborto, exactamente para podermos conhecer os contornos desta situação e podermos, nós, e os serviços de saúde, intervirmos de forma adequada e eficaz, e não de forma moralista e estigmatizante.

E já agora, respondendo às afirmações de Neves e Castro, a APF intervém no sentido de reduzir o recurso ao aborto e da prevenção da gravidez indesejada. Sendo pioneira da contraceção e do planeamento familiar em Portugal, a APF orgulha-se de ter contribuído não só para a diminuição do recurso ao aborto, mas também de ter melhorado os indicadores de saúde materna e infantil e, de forma mais ampla, de ter ajudado muita gente, jovem e adulta, a fazer escolhas livres e responsáveis nas suas vidas.

O Dr. Neves e Castro sabe muito bem que a questão do aborto é apenas uma das questões em que a APF intervém e que, desde sempre a prevenção da gravidez indesejada foi o nosso tema central de intervenção. Lamentamos, por isso, que tenha juntado a sua voz a quem, ao longo destes anos, por motivos ideológicos, tem atacado a APF pretendo rotulá-la como uma associação "abortista".

Nas escolas e universidades portuguesas, nos centros de formação profissional, nos bairros pobres do Funchal, de Lisboa, de Matosinhos ou Gaia, de Olhão, Loulé, Évora ou Beja, na comunicação social ou nas salas de espera dos centros de saúde, a APF trabalha, fala, dá informação, orienta para os serviços de saúde, e para comportamentos saudáveis os jovens e os grupos socialmente mais vulneráveis ou menos vulneráveis com quem trabalha.

Finalmente a APF renova a sua disponibilidade para que, junto com os serviços de saúde e com a sociedade civil, continuar a melhorar e a tornar mais eficazes a educação sexual e contraceptiva, e o acesso à contracepção segura e eficaz, no sentido de se reduzirem ainda mais as gravidezes indesejadas e, conseqüentemente, o recurso ao aborto em Portugal.

Lisboa, 11 de Fevereiro de 2010

A Direcção Nacional da APF